

Lideranças traçam estratégia contra

CARMEN KOZAK

BRASÍLIA — Os líderes partidários e o presidente da Câmara dos Deputados traçaram uma estratégia para encravalar as tropas de choque dos parlamentares denunciados pela CPI do Orçamento e forçar a cassação do mandato de todos os 18 acusados. Responsável pela etapa mais importante pós-CPI, — o julgamento preliminar dos deputados —, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara terá sua composição radicalmente alterada esta semana.

O novo perfil da comissão, desenhado para inibir a atuação dos grupos ligados aos denunciados, será o dos "notáveis" da Casa, que assumirão as relatorias dos processos. A intenção é indicar seis ou sete relatores, que analisarão em bloco as denúncias contra os parlamentares acusados do mesmo tipo de irregularidade. A votação, porém, será nome a nome. "Eles farão pareceres tão consistentes que nem mesmo as tropas de choque terão coragem de votar contra", apostou um integrante da Mesa da Câmara.

A antecipação da mudança na

composição da CCJ do dia 15 para esta semana foi acertada entre os líderes, há três semanas, na tentativa de expurgar da comissão a maioria comprometida com os denunciados. Calcula-se que, no mínimo, 26 dos 54 integrantes da CCJ foram indicados e têm compromissos políticos com três ex-estrelas do Congresso, na lista da CPI: o ex-presidente da Câmara Ibsen Pinheiro (PMDB-RS); o ex-líder do PMDB Genebaldo Correia (BA); e o ex-líder do PFL e ex-ministro da Ação Social Ricardo Fiúza (PE). "Se essa estratégia não der certo, esses três podem receber atestado de idoneidade e serem beatificados", brinca um peemedebista que tem participado das articulações.

Apesar de o acordo ter sido firmado com todos os líderes, o PMDB e o PFL estão encontrando fortes resistências internas para fazer indicações de parlamentares que não têm qualquer ligação com os denunciados no relatório da CPI. "Vamos pressionar até o fim pelas mudanças, mas se não conseguirmos temos o trunfo dos relatórios dos notáveis", acredita uma impor-

Jamil Bittar — 9/9/93



Inocêncio: acordo com lideranças

tante liderança do PFL. "As tropas de choque vão ficar numa *sinuca de bico*", completa o deputado, que defende a cassação de todos os deputados citados no relatório final da CPI.

Os mais cotados para as relatorias por partido são: José Luiz Cle-

rot (PB) ou Antônio Britto (RS), pelo PMDB; Ney Lopes (RN), pelo PFL; Prisco Viana (BA) ou Gerson Peres (PA), pelo PPR; e Hélio Bicudo (SP), pelo PT. Os relatores pelo PSDB e pelo PDT ainda não foram indicados pelos partidos. "Serão advogados e parlamentares reconhecidos pela assiduidade e seriedade de seus trabalhos", concordam líderes dos dois partidos. No PSDB, cogitou-se o nome do deputado Sigmaringa Seixas (DF), mas ele está impedido por ter participado do processo de investigação da CPI.

Por força do regimento interno, a presidência da Comissão — hoje ocupada pelo deputado José Dutra (PMDB-AM) — só poderá ser alterada em 16 de fevereiro. Está decidido que ele será substituído pelo deputado José Thomás Nonô (PMDB-AL). Até amanhã, Dutra será convidado para participar de uma reunião com os líderes, Nonô e o presidente da Casa, na qual será informado sobre o nome dos relatores que terá que designar para cada processo.